Development and capital accumulation: the need of social control on capital

Prof. Dr. Rubens R. Sawaya
Professor at the Department of Economics
Coordinator of the Graduate Program in Political Economy
Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP)

02/12/2021

Abstract

To promote capital accumulation is not as same as development. The strengthening of productive forces does not result in end of poverty and social development as well-known from "general law of accumulation" of Marx. As demonstrated by the original mainstream (orthodox) theories of development, industrialization process is need to overcoming the needs of people and it is essential for development. But the end of poverty, the social distribution of value created, are not a direct result of the logic of general law of accumulation. For some time, state action in promoting development seemed to have been accepted as an opposing force to this contradiction of accumulation, until the State been completely appropriated by capital through neoliberalism ideology on occidental economies. Then even the orthodox theories of development based on industrialization thought State policies were abandoned in defending free market as a universal formula for growth, seeing development as a "natural result".

The article aims to demonstrate that, if the orthodox development theories that saw development as an incentive to capital accumulation, as the strengthening of productive forces, especially in Latin America, the result was not development, but in income concentration, increase in poverty, especially when the command of accumulation is under the control of transnational foreign capital, without any social/political control over it. The abandonment of development theories by neoliberalism era aggravates the situation and takes countries back to the primary-exporting condition.

From the dynamics of the capital accumulation process exposed by Marx as "general law of capitalist accumulation" the aim is to point out that the simple accumulation of capital, without social control over it, generates overproduction, over accumulation, centralization of capita and relative overpopulation. It does not generate development, but only strengthens capital and generates poverty. Based on this, the article critically revisits orthodox development theories from the 1950s and 1960s until their abandonment and the return to growth theories focused on freeing capital accumulation, the neoliberalism. It departs from W.W. Rostow and his defense of the built of internal value chains through industrialization in underdeveloped countries, the construction of an endogenous dynamic accumulation connected to the international expansive movement of large transnational capital after World War II that industrializes Latin America, the periphery. The aim is to demonstrate how this discussion changes in neoliberalism on the 1970s and 1980s.

The crisis of the global accumulation process of the 1970s, as well as the inflationary and external indebtedness crises of peripheral countries, led to critics and the abandonment of traditional orthodox development theories. In its place comes the "Washington Consensus" of 1980s, the critique of former State interventionism, the belief in free market. The orthodox macroeconomic adjustment policies that destroy the industrial structure of Latin America have gained ground. The orthodox discussion goes from the defense of Douglas North's institutional reforms, the destruction of the developmental State in defense of the "free market" to the idea of development through

entrepreneurial individualism, the constitution of the free agent of Amartya Sen trough the Hayek radicalism of individualism. Thus, this marks the complete dissolution of social control over the process of capital accumulation. The result in Latin America is not just an increase in poverty and social exclusion, but the destruction of the internal value chains created by the industrialization process, putting countries in the former condition of primary-exporters.

Introdução

O artigo tem como objetivo demonstrar que, se as teorias do desenvolvimento ortodoxas que viam o desenvolvimento como incentivo à acumulação de capital, como o fortalecimento das forças produtivas, não resultaram em desenvolvimento, mas em concentração de renda elevação da pobreza, principalmente na América Latina, onde o comando do processo está sob o controle do capital transnacional, sem controle social sobre ele. O abandono das teorias do desenvolvimento no neoliberalismo agrava a situação e leva os países de volva à condição primário-exportadora.

O artigo retoma a dinâmica do processo de acumulação de capital exposta no capítulo "lei geral de acumulação capitalista" de "O Capital" de Marx para relembrar que a simples acumulação de capital, sem o controle social sobre ele, gera superprodução, superacumulação, centralização de capital e superpopulação relativa. Não gera desenvolvimento, mas apenas fortalece o grande capital e gera pobreza. Sem o controle social sobre o processo de acumulação sob o comando do capital transnacional, esse resultado se agrava.

A partir desta base o artigo retoma, criticamente, as teorias ortodoxas do desenvolvimento desde os anos 1950-60 até seu abandono em favor do retorno às teorias do crescimento pela abertura do espaço para a livre acumulação de capital, o neoliberalismo. Parte de W.W. Rostow e de sua defesa da construção de cadeias internas de valor pela industrialização nos países subdesenvolvidos, pela construção de uma dinâmica endógena de acumulação, embora conectada ao interesse expansivo do grande capital transnacional no após 2ª guerra que industrializa a periferia Latino-Americana entregando o controle sobre o processo ao capital. Demonstra como esta discussão se modifica a partir dos anos 1970-80 com o neoliberalismo e a mudança do processo mundial de acumulação que, pela falta de controle social local sobre seu movimento, desindustrializa a periferia.

A crise do processo mundial de acumulação dos anos 1970 que modificam a acumulação mundial dominada pelo capital transnacional, bem como as crises

inflacionárias e de endividamento externo dos países periféricos, levam ao abandono das teorias do desenvolvimento ortodoxas tradicionais. E seu lugar, diante da nova fase do processo mundial de acumulação, passa-se a críticar o intervencionismo de Estado, mesmo aquele antes defendido pelas teorias ortodoxas de desenvolvimento. Toma seu lugar a crença no livre mercado, o ressurgimento da ortodoxia neoliberal marcada pelo "Consenso de Washington" nos anos 1980. Ganham espaço as políticas de ajuste ortodoxo que destroem a estrutura industrial da América Latina no processo de rearranjo estrutural produtivo do grande capital transnacional nas novas cadeias globais de valor. A discussão ortodoxa passa pela defesa das reformas institucionais de D. North, a destruição do Estado desenvolvimentista em defesa do "livre mercado", bem como pela ideia de desenvolvimento pelo individualismo empreendedor, a constituição do agente livre de A. Sen com formato hayekiando sem suas bases de empoderamento de partida. Trata-se, assim, da dissolução completa do controle social sobre o processo de acumulação de capital. O resultado na América Latina não é apenas o aumento da pobreza e exclusão social, mas a destruição das cadeias de valor internas constituídas no processo de industrialização, jogando os países na antiga condição de primário-exportador.

O resultado é o aprofundamento das relações de subordinação das periferias ao processo mundial de acumulação de capital em sua nova fase de controle sobre cadeias globais de valor por grandes corporações transnacionais. Ocorre o desmonte da estrutura industrial que havia sido construída nos anos 1950-60, o crescimento da concentração de renda e da pobreza. A falta de controle social sobre o processo de acumulação de capital, a entrega do processo ao "mercado", o que é o mesmo de entregar o controle do processo ao grande capital transnacional, pode até promover o crescimento das forças produtivas e o processo de industrialização em algumas regiões, mas não promove o desenvolvimento. As teorias do desenvolvimento ortodoxas não levam em consideração esse fato, talvez por puro oportunismo e interesse. E isso se reflete no aprofundamento das relações de dependência e pobreza dos países que lograram se industrializar com capital transnacional, como alguns países da América Latina.

Colocação do Problema

Subordinar-se ao processo global de acumulação de capital não promove o desenvolvimento. Até os anos 1970 a estratégia centrada na atração de grandes transnacionais como forma de internalizar setores de média e elevada tecnologia e criar

cadeias de valor internamente, estratégia presente nas políticas de desenvolvimento para América Latina, resultou em industrialização subordinada, sob controle do capital transnacional, segundo a estratégia global de acumulação desses grupos transnacionais.

Fundada neste movimento de expansão do grande capital em seu processo de acumulação do centro para a periferia, a ideologia do desenvolvimento dos anos 1950, em defesa da industrialização com planejamento, era conveniente diante do interesse expansionista do capital transnacional que, após a reconstrução europeia, necessitava de espaço para se expandir, e nesse processo, ocupa a periferia a fim de ampliar suas bases para manter a acumulação ampliada do capital. A defesa do desenvolvimentismo, mesmo dentro das teorias ortodoxas, se conjugava com a nova síntese neoclássica fundada no keynesianismo ortodoxo (IS-LM), no papel do Estado e das políticas econômicas em favor da acumulação. O desenvolvimentismo defendia a ação coordenada e o planejamento de Estado para organização da acumulação de capital pela industrialização, em diversos casos inclusive, com a participação direta do Estado em setores estratégicos básicos (energia, transportes, telecomunicações e matérias primas básicas) e de baixa atratividade para o grande capital transnacional.

Esta era a base do eixo da ideologia desenvolvimentista que se conjugava com os interesses e necessidades de expansão global do capital no mundo no pós-guerra. A construção de uma estrutura industrial interna nos países periféricos comandada pelo capital transnacional no controle dos nódulos das cadeias de valor de média e alta tecnologia, fazia sentido como ideologia do desenvolvimento com industrialização. Trazia em seu bojo a vaga ideia de "convergência" entre países do centro e da periferia, no sentido de um desenvolvimento homogêneo e universal com a indústria espalhando-se no mundo. Via o investimento direto estrangeiro (IDE) entre países como natural, processo no qual o capital fluiria das regiões centrais de baixa produtividade marginal para novas regiões ainda "desocupadas". Parte dos países Latino-americanos se industrializou nos anos 1950 e 1970 de forma subordinada neste movimento do grande capital transnacional em seu processo de acumulação mundial do pós-guerra, em seu processo de expansão no mundo, no sentido da "periferia relevante".

A partir da crise mundial do processo de acumulação de capital dos anos 1970 e 1980, crise deflagrada pelas contradições da sua própria expansão no pós-guerra no centro e na periferia pelo esgotamento da forma de expansão do capital do centro para a periferia uma vez ocupados os espaços relevantes de acumulação pela expansão do capital, deixa de fazer sentido o aparato desenvolvimentista criado nos Estados e enraizado em sua

burocracia constituída de economistas desenvolvimentistas que defendiam e justificavam tecnicamente as políticas protecionistas e de substituição de importações. É colocada em questão as estratégias em que se fundara a expansão do capital do centro para a periferia.

O neoliberalismo estruturado no "novo" pensamento novo-clássico. em crítica ao velho keynesianismo ortodoxo em que havia se fundado o desenvolvimentismo, ganha o espaço hegemônico na academia nos anos 1980. A velha burocracia desenvolvimentista passa a ser substituída pela nova, fundada na nova ortodoxia, formada por economistas engajados nas políticas de estabilização macroeconômica, de ajuste fiscal e monetário ortodoxos, de abertura comercial e financeira, as mesmas politicas defendidas pelos órgãos multilaterais como FMI e Banco Mundial, reflexo do debate acadêmico novo-clássico complementado pelo novo-keynesianismo e suas "falhas de mercado" dos anos 1980. Esses aportes teóricos transformarão a estratégia neoliberal em técnicas de crescimento fundadas em novas teorias de crescimento dos modelos de Solow. Ganhava assim corpo a nova ideologia do "menos estado" para libertar a ação mercado, supondo que o desenvolvimento seria o resultado natural da ação individual de empresários privados inovadores. Modelos matemáticos de aparência "técnica" justificam as políticas de liberalização comercial e financeira, as reformas institucionais.

Na construção de um novo Estado que deveria criar as condições para o crescimento econômico nesta nova ideologia, solidificam-se as propostas de reformas do novo institucionalismo de Douglas North e do empoeiramento de Amatya Sen com um individualismo hayekiano em um novo "darwinismo social" (Dardot & Laval). A meta seria criar condições, o ambiente propício para a livre ação da "instituição mercado" fundado na ideologia do indivíduo isolado empreendedor, propostas que marcarão a lógica neoliberal em substituição ao velho desenvolvimentismo e no desmonte das estruturas de Estado desenvolvimentistas das décadas de 1950-70.

O desmonte do Estado desenvolvimentista passou a ser promovido pelo próprio capital e suas instituições multilaterais e supranacionais (Willian Carroll), garantindo o novo espaço para seu processo de reestruturação produtiva global que tomou corpo com a "globalização" dos anos 1990. As políticas de Estado desenvolvimentistas fundadas na estruturação de um parque industrial autônomo na periferia, na endogenização da lógica da acumulação de capital nestes espaços, com todas as etapas do processo de criação de valor, deixaram de fazer sentido para o processo global de acumulação. Ao contrário, as velhas políticas desenvolvimentistas passaram a atrapalhar a reestruturação mundial das

cadeias de valor pelo grande capital centralizado que precisava de liberdade comercial e financeira para realizar tal processo.

A nova política teve como objetivo abrir espaço para o processo de reestruturação mundial do capital em sua nova fase de acumulação pela centralização materializada na reestruturação das cadeias globais de valor. Com a adesão ao Consenso de Washington e suas das políticas de liberalização comercial, financeira, privatização nos anos 1980-90, políticas promovidas pelos organismos internacionais como WTO etc. (Carroll), foram abertas as portas para a reestruturação global do capital transnacional norte-atlântico (no extremo oriente o processo sob liderança da China foi diferente) com centralização do poder e controle e descentralização da produção, processo que atinge diretamente a América Latina que havia se industrialização sob controle do grande capital transnacional em setores de média e alta tecnologia. Cada país periférico passou a ter sua posição redefinida segundo o interesse e estratégia das corporações transnacionais no comando de nódulos estratégicos das cadeias de valor que controlam globalmente.

Aderir ao novo processo mundial de acumulação de capital, com defendido e implantado na América Latina nos anos 1990 por seus governos neoliberais, significou destruir o Estado desenvolvimentista e abrir mão do planejamento focado na criação de uma estrutura dinâmica industrial própria, autônoma. A ideologia desenvolvimentista foi substituída pela defesa da nova teoria do crescimento fundada na vaga ideia de realização de 'reformas para o crescimento sustentável' com respeito à lógica de alocação de recursos pelos 'mercados'. Essa tornou-se a base teórica da submissão à nova forma do processo de acumulação global do capital sob o signo "neoliberal".

O processo mundial de acumulação de capital, controlado pelo grande capital desde o pós-guerra, nunca teve como objetivo o desenvolvimento da periferia, no caso América Latina, no sentido de integração positiva e autônoma dos países por um processo de "convergência" natural imaginado, fundada em uma ideia de que o capitalismo é um sistema de "empresas independentes" que se instalariam na periferia tornando-se "nacionais" sem controles social e institucional, de Estado, sobre elas.

Na América Latina, o processo de industrialização foi, desde o início, controlado pelos países centrais e suas grandes corporações em relações tipo matriz-filial, empresas produtivas subordinadas ao controle central da matriz. Por isso não houve transferência de conhecimento técnico que proporcionasse ganhos e autonomia. Apenas houve exportação, a partir do centro, de tecnologia embutida na compra de máquinas e equipamentos (Amsden) prontos, tecnologia incorporada diretamente na estrutura

produtiva das filiais das corporações transnacionais. Por isso, a forma de integração da periferia no processo de acumulação mundial não resultou em desenvolvimento, mesmo no sentido Rostowiano. O fracasso do modelo de substituição de importações sob controle do capital transnacional foi amplamente analisado pelas teorias da dependência dos anos 1970. A América latina havia tido sucesso em sua industrialização, mas nunca conseguiu controlar o processo como os países que conseguiram avançar no desenvolvimento atrasado como Alemanha, Japão, China.

Ao submeter-se ao neoliberalismo, a nova forma de integração da América Latina no processo de acumulação de capital mundial é ainda mais excludente. Por sua lógica, a estratégia global das corporações, regiões inteiras do mundo são relegadas à produção primário-exportadora com características de relações coloniais do século XIX. O retorno à lógica das vantagens comparativas e a nova subordinação à estratégia do capital transnacional levou à desindustrialização. No processo de abertura comercial e financeira dos anos 1990, as próprias corporações transnacionais em seu processo de reestruturação abandonaram a periferia esfacelando a estrutura industrial criada nos anos 1950-70. O foco em atividades primário-exportadoras, com vantagens comparativas naturais, resulta no retorno à velha dependência em que a renda no local da produção de exportação é apropriada por um pequeno grupo de produtores, extremamente concentrada, dependente de exportações de produtos de baixo valor agregada e importação de produtos industrializados, e com as partes relativamente mais nobres da cadeia de exportação de commodities dominada por grandes grupos transnacionais.

Se o processo de industrialização defendido no passado, por conta de sua estrutura subordinada ao centro, não havia gerado convergência e integração mundial, mas apenas a elevação da concentração de renda e empobrecimento por seu controle centralizado no grande capital transnacional, o novo processo recoloca alguns países na condição primário-exportadora, com já era conhecido no início do século XX, agora muito mais excludente e criador de pobreza.

Desenvolvimento como acumulação de capital

Originalmente, desde Smith, o desenvolvimento capitalista tem sido pensando como acumulação de capital, desenvolvimento das forças produtivas ou como crescimento endógeno, sempre conectado ao processo de passagem de economias de subsistência agrícola de baixa produtividade, por hipótese submetidas à necessidade e

escassez, para uma economia industrializada de elevada produtividade. A lógica do desenvolvimento desde Smith esteve sempre fundada no processo de industrialização. A especialização presente na teoria das vantagens comparativas que nasce também com Smith, desenvolvida por Ricardo, e que sempre esteve presente no pensamento ortodoxo, não tem um papel hegemônico nas teorias do desenvolvimento clássicas. Avanço no desenvolvimento originalmente esteve sempre ligado ao processo de industrialização. A discussão era se ocorreria naturalmente ou precisaria ser induzido.

O desenvolvimento das forças produtivas conecta-se diretamente à elevação da produtividade a partir da divisão do trabalho e da mecanização do processo pela tecnologia, formas de elevar a produção do excedente e superar a escassez. O sentido do desenvolvimento é a passagem para uma sociedade de abundância, suposta a escassez nas sociedades "primitivas" ou subdesenvolvidas de baixa produtividade. Assim, Smith enaltece a industrialização com a divisão do trabalho e a mecanização no sentido do aumento da produção, da oferta, que passava a ser limitada pelo tamanho do mercado, pelas necessidades das pessoas, e não pela capacidade de produção de excedente. Capitalismo para ele era a sociedade da abundância e do fim da falta, fim da escassez. Essa lógica, a lógica do processo de acumulação, do desenvolvimento no capitalismo, permanece presente em Keynes, Kalecki, Schumpeter tendo o processo de industrialização como centro difusor da tecnologia e, portanto, da produtividade e do desenvolvimento das forças produtivas. A mesma lógica em parte aparece em Marx, mas de forma crítica como se verá adiante. O investimento, principalmente em tecnologia, máquinas, equipamentos que elevem a produtividade está no centro da lógica dinâmica do que se chama desenvolvimento no capitalismo.

Para a ortodoxia, desenvolvimento significa superar a economia de subsistência, na qual não existe excedente, e caminhar para uma economia que produz excedente ao ponto de liberar fatores de produção visto como, por natureza, escassos, para outras atividades que impliquem em maior abundância. A dificuldade da ortodoxia em justificar uma hipotética permanente escassez em meio a abundância – materializada na necessidade de se criar poupança para viabilizar o investimento – funda-se numa imaginária natureza insaciável dos seres humanos diante da enorme elevação das forças produtivas que o capitalismo alcançou. Essa lógica obscurece que o verdadeiro objetivo do capitalismo não é a satisfação de necessidades, como eles imaginam, mas a acumulação de capital de forma crescente e ininterrupta, supondo sempre a escassez como elemento natural diante de indivíduos insaciáveis maximizadores.

Muitos autores do desenvolvimento colocam Marx no mesmo patamar que Smith e seus sucessores que definem o movimento dinâmico como a superação da escassez, que veem o desenvolvimento como elevação das forças produtivas, da produtividade. De fato, acumulação de capital é a elevação das forças produtivas na construção de uma sociedade não apenas da abundância, da superação das necessidades, mas que também resulta em superprodução e superacumulação, desemprego, contradições centrais não apenas para Marx, mas também em Keynes e Kalecki em suas teorias da Demanda Efetiva.

A dinâmica do capitalismo em seu processo de acumulação dominado pela lógica do capital, para Marx, gera crescimento econômico, elevação das forças produtivas, mas não desenvolvimento no sentido imaginado de uma sociedade de bem-estar social. Sua crítica nasce justamente do fato de Smith imaginar o capitalismo como uma sociedade de abundância, como uma sociedade em o crescimento das forças produtivas pelos ganhos de produtividade geram bem-estar a todos, iguais em sua participação "cooperativa" na produção em atividades diferentes em função das características diversas entre indivíduos que garantem a divisão do trabalho.

Para Marx a "lei geral da acumulação", ao mesmo tempo em que cria capacidade produtiva inimaginável em relação a outros modos de produção, outras formas de organização social da produção, ao basear-se na constante substituição de trabalho vivo, o verdadeiro criador do valor, por trabalho morto, ao mesmo tempo em que gera abundância de valores de uso, diminui a participação do trabalho na riqueza social pelo aumento da mais valia relativa. Gera desemprego estrutural. Este é o resultado do crescimento sem controle social sobre a produção sob controle do capital.

A própria lógica do desenvolvimento das forças produtivas explica essa contradição. Quando a economia cresce e os capitais individuais elevam a produção dada a tecnologia, esse movimento tente a pressionar os salários para cima, elevando sua participação sobre a mais-valia. Esse fato faz que com as empresas busquem novas tecnologias, novo maquinário e métodos de produção que substituam trabalho vivo, caro, por trabalho morto. A elevação da produtividade decorrente diminui o valor das mercadorias em geral rebaixando a quantidade de trabalho necessário para a existência do trabalhador e elevando a mais-valia relativa. O resultado é o desemprego, a criação de superpopulação relativa, pessoas sem renda para consumir. A elevação da mais valia relativa também diminui a participação dos trabalhadores na renda social – concentra renda.

Esse processo demonstra que a elevação das forças produtivas não gera desenvolvimento, mas cria pobreza se deixada ao sabor da lógica da acumulação ampliada do capital em sua dinâmica de crescimento, sem controle social. Para que o desemprego não cresça seria necessário que o investimento se elevasse sempre a taxas crescentes para que a criação de empregos seja superior ao desemprego, o que esbarra no excesso de produção e na superacumulação. Kalecki parte do mesmo problema em sua análise da demanda efetiva. Keynes não é tão explícito, mas tem por base a mesma questão dinâmica que cria desemprego involuntário e expansão imperialista, guerra (Keynes, cap 24)

Vale ressaltar que para Marx, desenvolvimento é alcançar o reino da liberdade, é colocar o capital e a tecnologia sob o controle social para produzir valores de uso a fim de satisfazer necessidades humanas. Não é como a lógica do capital que visa produzir valor de troca para acumular capital sem limites. O resultado do desenvolvimento das forças produtivas seria a diminuição da jornada de trabalho dado o nível de produtividade que o sistema alcança. A ideia não está em contradição com Keynes. Apenas, Marx não imagina que isso seja possível sob domínio da lógica do capital.

Schumpeter toma a mesma trilha de Marx em sua teoria do desenvolvimento capitalista apesar de fundar-se em um capitalista "empreendedor" individual imaginário. Critica o fluxo circulatório normal equilibrado do pensamento ortodoxo que funda o desenvolvimento em acréscimos marginais de capital e trabalho. Concordando com Marx, o desenvolvimento das forças produtivas é resultado da inovação que responde tanto ao objetivo de diminuir custos médios de produção, com pressão da concorrência, como já aparecia em Marx ao apontar que o capital individual investe em tecnologia para diminuir o valor individual em relação ao valor de mercado.

A questão aqui não é discutir a dinâmica do processo de acumulação ampliada do capital, do crescimento das forças produtivas, mas sua relação com desenvolvimento. O crescimento das forças produtivas cria de fato abundância material, embora não acompanhada do desenvolvimento social. É concentradora de renda e expulsa gente do processo de produção. As contradições criadas pelas dificuldades de realização do valor são jogadas para a frente pela internacionalização do capital estudadas nas teorias do imperialismo, e pela centralização de capital. São essas contradições que alimentaram as teorias do desenvolvimento dos anos 1950 e que permitiram o processo de ocupação das economias periféricas pelo grande capital transnacional.

De qualquer forma, a lógica do desenvolvimento das forças produtivas via industrialização no pensamento clássico é central nas teorias do desenvolvimento,

principalmente no após IIª guerra mundial. É com base nelas que são criadas as estruturas industrias nos países periféricos sob o argumento de que se estava transferindo a lógica dinâmica do processo de acumulação e inovação tecnológica como explicado por Marx, deixando as contradições de lado. Também deixa de lado o problema do poder e controle sobre a acumulação exercida pela grande corporação. Dessa forma, a industrialização torna-se, nas teorias do desenvolvimento, a base para a criação de uma dinâmica de acumulação endógena em qualquer nação, qualquer que seja sua forma ou suas bases de controle. O controle social sobre o processo não está em discussão. Imagina-se as empresas como entidades dispersas em concorrência que se tornariam "nacionais" mesmo sendo de propriedade estrangeira. O controle do sistema materializado no grande capital transnacional que detém o controle dos nódulos das cadeias globais de valor não esteve no debate sobre o desenvolvimento, principalmente na América Latina nos anos 1950-60.

Desenvolvimento como industrialização esteve no centro das discussões até a década de 1970. A pergunta deste artigo é como e por que foi abandonada, sendo substituída pelas "novas" teorias do crescimento em abandono à defesa da industrialização. As transformações na lógica dinâmica da acumulação mundial de capital sob controle do grande capital transnacional parecem explicar tanto a defesa da industrialização nos anos 1950-60 com planejamento de Estado, assim como explicam a destruição do Estado desenvolvimentista e das políticas de industrialização após os anos 1970. A discussão se modifica com o novo capitalismo mundializado e organizado em cadeias globais de valor dominadas por grandes corporações. Entender o processo de transformação na acumulação mundial de capital torna-se central para compreender o abandono das teorias do desenvolvimento com industrialização.

Desenvolvimento como acumulação e industrialização – a velha ortodoxia

Ao final da IIª guerra mundial, a Europa estava destroçada. A lógica imperialista de buscar novos espaços de acumulação (Lenin, Luxemborg) ou da ocupação de espaços internacionais, países, como "solução" para as contradições do processo de acumulação (Keynes) de capital haviam culminado na guerra. Entregar a solução para os abutres do mercado financeiro como nos acordos do final da Iª Guerra – bancos que aproveitaram a oportunidade para espremer a economia alemã por meio da dívida externa e do ajuste

recessivo – havia demonstrado sua ineficiência ao criar o monstro europeu do nazi-fascismo que eclodiu na segunda guerra.

Tornou-se quase consenso que a solução de reconstrução econômica no após IIª guerra deveria ser "planejada", pensada estrategicamente, dentro dos marcos do capitalismo. Ganhou espaço "O fim do laissez faire" de Keynes como justificativa para administrar o processo de acumulação de capital por meio do controle do investimento e dos mercados especulativos. A crise econômica e as guerras funcionaram como mecanismos de pressão por terem devastado a Europa. O sistema ainda era pressionado pelo regime Soviético que, não apenas havia vencido o avanço da Alemanha derrotando-os com sua arma de guerra, mas por seu crescente poder econômico e político (ver Gendzier).

A criação da ideologia do Estado desenvolvimentista era uma necessidade estrutural e só poderia invadir a teoria econômica. Tornava-se central a criação de um plano de reconstrução europeia pela ação do Estado, bem como o financiamento da recuperação alemã sem as mãos do sistema financeiro internacional, sem as taxas de juros escorchantes do pós-primeira guerra. O espaço estava aberto para a criação de políticas de bem-estar social. Eram estratégias que faziam parte da reconstrução do próprio capitalismo. Planejamento, organização da economia por intermédio do Estado eram termos aceitos e defendidos contra a barbárie da guerra, para o desenvolvimento capitalista, defendido como processo "civilizatório". Servia também de contraponto ao Comunismo soviético, bem-sucedido na medida em que construía estrategicamente uma região concorrente que poderia ameaçar o capitalismo ocidental se este não entregasse desenvolvimento. A defesa de um Estado constituído por uma burocracia Weberiana técnica eficiente, organizada e bem treinada em determinada ideologia, justificavam o Estado desenvolvimentista capitalista (veja Przeworski:55).

Essa lógica, essa nova institucionalidade do Estado, também entrou na América Latina nos anos 1940 e, principalmente, por intermédio da Cepal, órgão ligado à ONU com a incumbência de discutir teoricamente o planejamento e ação do Estado como prática política de desenvolvimento capitalista na América Latina. Ao mesmo tempo, servia para abrir o espaço para a expansão do capital europeu, norte-americano e japonês na retomada do processo mundial de acumulação, bem como, que evitasse que o comunismo se espalhasse. A construção, pelo Estado, de estratégias planejadas de desenvolvimento capitalista na periferia era geopoliticamente central para a preservação

do próprio capitalismo, para reabrir a acumulação ampliada de capital, principalmente pela criação de espaços de expansão para o capital transnacional.

Tratava-se de uma espécie de ideologia civilizatória em defesa do capitalismo planejado. O Estado desenvolvimentista era a entidade garantidora dessa reconstrução civilizada, aliado do capital em sua expansão. Assim, se conjugava com a expansão capitalista da grande corporação que ocupa os espaços relevantes para a acumulação no mundo, que desejava adentrar com investimentos diretos os "novos" espaços que se abriam na periferia para a acumulação mundial de capital. A conjugação desses interesses constitui o Estado desenvolvimentista e é a base das teorias do desenvolvimento após os períodos de guerra mundial. Este movimento foi responsável pela industrialização de parte da América Latina.

Meier em seu "Leading issues on development economics" (1983) apontava que a teoria das etapas de Rostow tornaram-se as bases centrais para a construção de estratégias de desenvolvimento dos países atrasados – evitando-se o comunismo. Na América Latina, Rostow foi bastante criticado por tratar o desenvolvimento como o cumprimento de etapas "naturais" rumo ao desenvolvimento, da economia agrícola de subsistência à sociedade industrializada de consumo de massas. A principal crítica fundava-se na falta de percepção, intencional ou não, de que o subdesenvolvimento era o resultado de uma relação de dependência estrutural dos países periféricos em relação aos países desenvolvidos que os impedia de galgar as etapas, e que não era uma fase a ser superada. Esse debate é central entre os economistas que dariam origem à Cepal nos anos 1940.

De qualquer forma, apesar das críticas à sua concepção das "etapas", para a própria Cepal o conceito de desenvolvimento fundava-se na busca de elevação da produtividade, no processo de industrialização galgando-se setores mais sofisticados da cadeia de valor, formas para a construção de uma sociedade de consumo de massas, desenvolvida. Estava envolvida a criação de uma estrutura econômica autônoma em um país por meio de seu processo de desenvolvimento, da criação do fluxo dinâmico endógeno envolvendo tanto o aumento da produtividade da agricultura como a internalização de setores sofisticados da indústria avançada.

A discussão nos anos 1950 e 60, mesmo na América Latina, focava em como acelerar as etapas de Rostow rumo ao desenvolvimento. A diferença em relação ao autor estava em quais mecanismos deveriam ser utilizados para romper com a condição primário exportadora, uma vez que não se tratava de uma fase do atraso, mas de uma

forma de inserção dependente e subordinada no processo mundial de acumulação de capital, uma forma de participação em setores de baixo valor agregado, primário-exportador com elevado nível de produtividade e modernização que não se encaixava no protótipo de país agrário de subsistência de baixa produtividade.

O que se deseja aqui ressaltar é que o processo de galgar etapas rumo a industrialização não se dava em uma sequência natural mesmo para Rostow. O próprio autor defende a ação alocativa organizada por um Estado desenvolvimentista que fosse capaz de acelerar as etapas. Na América Latina sabia-se que a questão não era apenas acelerar as etapas, mas superar as relações de poder cetro-periferia que a prendia na situação primário-exportadora. Assim, de maneira interessante, não era o processo de desenvolvimento rumo a construção industrial e a uma sociedade de consumo de massas que estava em discussão, mas como acelerar o processo de desenvolvimento para dar o salto rumo à industrialização e à sociedade de consumo, o que não era contraditório com as bases do processo de desenvolvimento de Rostow. Não eram as etapas que estavam em discussão, mas como sair da situação primário-exportadora.

Não havia dúvida de que ganhos de produtividade e industrialização eram as conexões para o desenvolvimento capitalista. A questão era qual nível de intervenção do Estado, de planejamento, era necessária para que o objetivo de acelerar as etapas na "construção do edifício" (Conceição Tavares) do desenvolvimento, era de como acelerar o processo de acumulação de capital na periferia. A questão não eram os estágios do desenvolvimento em si, mesmo que alguns deles não fizessem sentido na realidade Latino-americana, mas como superar os problemas que impediam os países de galgá-los (Meier p.93).

A lógica do desenvolvimento rumo a sociedade de consumo de massas estava conectada à lógica do processo de acumulação capitalista. Talvez por isso os processos empreendidos de desenvolvimento via planejamento na América Latina tenham sido aceitos e defendidos internacionalmente. Certamente, interessavam ao grande capital dos países centrais em seu processo de expansão para a periferia. O objetivo comum era a constituição de uma estrutura produtiva em cada Estado-nação, nações independentes e autônomas, via industrialização, mesmo que com capital transnacional.

Rostow indiretamente entrava em conflito com a teoria das vantagens comparativas no sentido de não defender a ideia de desenvolvimento a partir da especialização em produtos de baixo valor agregado. Como nos países do centro, para ele, a superação das etapas era um processo - que no caso dos países desenvolvidos havia

ocorrido automaticamente – que ocorria em cada país isolado, no qual cada um constrói sua estrutura produtiva independente, em um processo que resultaria não só na sociedade de consumo como, em decorrência, na constituição do setor serviços, derivado dos ganhos de produtividade e seu reflexo da elevação dos salários.

As etapas de Rostow apresentam o desenvolvimento como o fenômeno que surgiu na Europa a partir de XVII. Para ele, desenvolvimento é algo que nasce com o capitalismo (assim como para Smith) e só existiria neste contexto. Assim a lógica em que se formam e pensam os estudiosos do desenvolvimento que tem Rostow como central, parte de uma concepção capitalista europeia, a ser copiada pela periferia. Se desconsidera em seu etapismo outras histórias de países orientais, também desconsidera o papel das políticas mercantilistas no processo de industrialização inglesa, bem como das políticas coloniais europeias. Mas, de forma interessante, não deixa de lado a presença, em suas palavras, de um "Estado preparado" para garantir o desenvolvimento.

Também para ele, como se convencionou crença dos economistas ortodoxos, é a poupança dos ricos empresários que garante o investimento, o surgimento de uma "nova classe empresarial ... [que] dirige fluxos aumentados de investimento no setor privado" (Rostow, 1978, p.21). A poupança dos ricos está conectada não apenas a ideia de frugalidade de classe, mas a apropriação capitalista do valor excedente oriundo da elevação da produtividade como garantia da dinâmica capitalista, lógica que pouco serve para compreender a concentração de riqueza em sociedades primário-exportadoras.

Apesar dessa visão no mínimo romântica do que vem a ser o processo de acumulação de capital, aponta que a "marcha para a maturidade" é um momento em que os países se integram no comércio mundial e que "bens antes importados são produzidos localmente" (Rostow, 1978 p.22). Pensa o desenvolvimento como um fenômeno nacional de criação local da industrial fundada em relativa autonomia. Para ele, uma economia madura possui uma indústria diversificada e não está centrada em algum setor especializado, principalmente primário-exportador, mas está sempre conectada ao avanço tecnológico ligado à produção de máquinas e de bens duráveis de consumo.

Isso significa que no mainstream original dos anos 1950 em que se fundam as teorias do desenvolvimento, o foco em setores com vantagem comparativa não era tema central, tomando-se, como Rostow faz, o exemplo dos países desenvolvidos autonomamente. Para Rostow era central o foco na indústria e na tecnologia. Maturidade é uma etapa "em que a economia demonstra que possui as aptidões técnicas e organizacionais para produzir não tudo, mas qualquer coisa que decida produzir ... sua

dependência é antes uma questão de opção... [mais] do que uma carência tecnológica ou institucional" (Rostow, 1978 p.22-23). Na fase avançada do "consumo de massas", os setores industriais alcançam a produção de bens duráveis e fortalece o setor de serviços.

Portanto, a lógica do desenvolvimento, mesmo para a ortodoxia de Rostow, surpreenderia qualquer neoliberal atual. Era visto como um processo de industrialização com a internalização de todas as fases de cadeia de valor em um único país. E, ao final, Rostow completa ainda como resultado natural do processo de desenvolvimento a constituição do Estado de bem-estar com políticas de assistência social, característica de "uma sociedade que marcha para além da maturidade técnica" (Rostow, 1978 p.24). Desenvolvimento de uma nação é para Rostow atingir "a maturidade tecnológica" e "dispor de uma máquina industrial modernizada e diferenciada" para "aumentar a assistência social por intermédio do Estado de bem-estar; expandir o consumo de massa a fim de penetrar no campo dos bens duráveis de consumo e dos serviços" (Rostow, 1978 p.30). Assim, na lógica originária do que é desenvolvimento, a sociedade de consumo é sua etapa superior constituída a partir de um processo de industrialização autônomo, com empregos de qualidade e salários elevados pela elevada produtividade.

Interessante ressaltar a importância do papel do Estado no processo de desenvolvimento, principalmente no que denomina fase do "arranco". Para se atingir o grau de desenvolvimento defende o nacionalismo e a ação de proteção contra o imperialismo como condições para tal fase (Rostow, 1978 p. 42-43 e 50). Defende a constituição de um Governo moderno. O governo deve organizar e mobilizar recursos para o arranque (Rostow, 1978 p.46), para o empreendimento industrial, seja por "artifícios confiscatórios e fiscais" (Rostow, 1978 p.68) pelo Estado, ou pela tributação (Rostow, 1978 p.66-7).

Defende ainda que deveria ser feita uma reforma agrária para acabar com as classes atrasadas de latifundiários (Rostow, 1978 p.65). Adiciona à pauta a defesa, pelo Estado, do consumo de produtos de "fabricação nacional" (Rostow, 1978 p.67). O capital estrangeiro seria importante para ajudar, mas defende que não deve substituir o papel das empresas nacionais e dos serviços públicos (Rostow, 1978 p.68). Aponta ainda que é preciso evitar que os recursos financeiros "corram para as mãos de quem os esterilize pelo simples entesouramento" (Rostow, 1978 p.68). Defende a criação de instituições que proporcionem capital barato para induzir um processo de industrialização mais generalizada (Rostow, 1978 p.68).

Claro, ressalta que para o arranco deve-se contar com uma classe de empresários (cultura) que canalizem seus lucros para o investimento (Rostow, 1978 p.69-70). "O arranco é definido como uma revolução industrial ligada diretamente à modificação nos métodos de produção" (Rostow, 1978 p.77), principalmente em setores de elevada produtividade e com "capacidade de estabelecer uma cadeia de demanda efetiva ... [que]dota a industrialização de impulsão própria ... [e] ajudam a produzir novos setores" (Rostow, 1978 p.78) com efeito dinâmico endógeno na economia.

A "maturidade" é alcança em uma economia (país) com estrutura industrial diferenciada em diversos setores líderes (Rostow, 1978 p.79). Concentra-se no desenvolvimento de tecnologia (Rostow, 1978 p.83) e em avanços para frente nas cadeias de valor (Rostow, 1978 p.84) em um determinado país que então poderia se chamar "desenvolvido". A passagem para uma sociedade de consumo de massas depende não apenas da tecnologia e do crescimento da renda per capta, mas da distribuição de renda (Rostow, 1978 p.90).

É importante destacar como estava presente em Rostow, considerado o pensamento ortodoxo sobre o desenvolvimento nos anos 1950, as propostas de reforma agrária, a necessidade de distribuição de renda, a criação do Estado de bem-estar social, presentes em um livro que tem como subtítulo "Um manifesto não comunista". Defende que uma economia amadurecida deve "distribuir renda por meio de impostos progressivos para alcançar objetivos humanos e sociais que o processo do mercado livre ... não conseguiu", a fim de fortalecer a segurança social, encurtar o dia de trabalho, "abandonar a aspereza de uma sociedade até então voltada sobretudo para o máximo de produção industrial ...". Uma sociedade desenvolvida é uma sociedade de abundância com tempo livre! Uma sociedade que ultrapassa a produção para necessidades e caminha para a "órbita do consumo em massa de bens duráveis e serviços que as economias do século XX podem proporcionar" (Rostow, 1978 p.97). Desenvolvimento: trata-se, para Rostow, de superar a escassez rumo a uma sociedade da abundância (Rostow, 1978 p.144). Depois disso, Rostow se pergunta "Advirá o tédio?".

Como questões como estas aparecem de tal forma no pensamento ortodoxo nos anos 1950 e acabam por ser totalmente bloqueadas nas atuais discussões sobre desenvolvimento? Como as discussões sobre desenvolvimento desapareceram das teorias econômicas e foram substituídas pela "moderna teoria do crescimento", fria a automática seguindo a lógica dos mercados libres?

Em sua teoria do desenvolvimento, Rostow está longe de entender a dinâmica própria do processo de acumulação de capital, mas defende uma forma de organização social capitalista da produção necessária, planejada, para o desenvolvimento das forças produtivas. Sua defesa do Estado desenvolvimentista e do processo de industrialização induzido, ou acelerado, era fundamental para o desenvolvimento capitalista. Por isso, de forma contraditória para os padrões atuais, se conjugava com os interesses do grande capital dos países centrais que buscavam novos espaços para se expandir em seu processo de acumulação. Não parece estranho que a Cepal, mesmo crítica ao etapismo, seja aceita na época em sua proposta de planejamento estatal para internalização das cadeias de valor produtivas na periferia com uma perspectiva de "autonomia", acelerando as etapas rumo ao desenvolvimento. Claro, um desenvolvimento que foi dominado e controlado pelo grande capital estrangeiro ao ocupar os nódulos centrais das cadeias de valor localmente criadas, imprimindo novas formas muito mais complexas de dependência,impedirá o desenvolvimento, concentra renda e termina em inflação e ditaduras na periferia.

Abandono do desenvolvimentismo – ideologia do crescimento

Apesar do sucesso no processo de industrialização, da internalização da estrutura produtiva e das cadeias de valor, principalmente no Brasil, Argentina e México, dos ganhos de produtividade, da modernização e elevação do emprego e renda, a periferia permanecia subdesenvolvida em termos sociais: elevada concentração de renda, desemprego e subemprego. Não se materializa a ideia de que a construção das bases para a acumulação de capital local, desenvolvimento das forças produtivas, levaria naturalmente ao processo civilizatório e desenvolvimento. Não apenas isso, as reivindicações sociais surgidas da industrialização são bloqueadas por governos ditatoriais que se espalham pela América Latina, impedindo que a imaginada dinâmica capitalista da acumulação, emprego, aplicação de novas tecnologias se instaurasse.

As contradições da criação de um processo de acumulação capitalista na periferia tornam-se explícitas em novas relações de dependência, ditaduras, caos social, pobreza. O processo de construção da estrutura industrial, de internalização das cadeias de valor pela lógica do capital, processo dominado pelo grande capital estrangeiro que detinha o controle dos nódulos dinâmicos das cadeias internas de valor nos setores de média e alta tecnologia mostrava as novas contradições criadas. A acumulação interna era controlada por grandes capitais estrangeiros na forma de monopólios ou oligopólios. O controle

social sobre a acumulação não teve espaço. Mesmo os capitais nacionais que se beneficiaram do processo se localizavam nas partes menos nobres das cadeias de valor, portanto, subordinados ao grande capital estrangeiro. Golpes militares constituindo-se em ditaduras quase que em simultâneo nos países da América Latina nas décadas de 1960 e 1970, apoiadas pelo grande capital estrangeiro e nacional, demonstram esse bloqueio ao controle social sobre o capital.

As contradições do tipo de internalização do processo de acumulação de capital se manifestaram em concentração de renda, endividamento externo, inflação e dívida pública. A partir das ditaduras, foram constituídos bloqueios às políticas sociais, à reforma agrária. O controle de preços por grandes oligopólios estrangeiros impedia aumentos salarias e distribuição de renda. A nova onda de investimentos estrangeiros nos anos 1970 deixou clara a nova dependência tecnológica, mais sofisticada, demonstrando falsa a ideia de convergência natural via investimento direto estrangeiro. A elevada dívida externa e os problemas de balanço de pagamentos obrigavam a realização de desvalorizações cambiais inflacionárias dada a estrutura produtiva centrada no capital estrangeiro com foco em auferir lucros em moeda estrangeira. O endividamento público foi crescente como resultado do endividamento externo – transferência da dívida privada em moeda forte para o Estado - e das políticas monetárias contracionistas de combate à inflação.

Estes resultados amplamente estudados e apontados pelas novas teorias de dependência que surgiram nos anos 1970 na América Latina, suas contradições internas fundadas na forma como se deu o processo de industrialização, são desconsiderados pela ortodoxa teoria do desenvolvimento. Demonstram a superficialidade das ideias das clássicas teorias do desenvolvimento que, até certo ponto, haviam se conjugado com as etapas de Rostow a serem vencidas. O controle do processo pelo capital estrangeiro nunca esteve em pauta.

Estava claro que os países da América Latina que se industrializaram que não haviam criado a capacidade de desenvolvimento endógeno imaginada pelas teorias clássicas de desenvolvimento. Haviam elevado a produtividade, internalizado setores industriais sofisticados, criado uma classe de trabalhadores industriais, superado a estrutura primário-exportadora que era o antigo determinante da dinâmica econômica, mas não haviam se desenvolvido no sentido imaginado por Rostow e mesmo pelas teorias do desenvolvimento hegemônicas anos 1950-60.

A crise que se inicia no final da década de 1960 e se estende às décadas 1970-80 marcam o debate dentro das teorias do desenvolvimento que não passam pela compreensão das causas estruturais e de controle que levaram à crise e a frustração da velha ideologia desenvolvimentista. Hirschman em artigo de 1981 (The rise and decline of development economics) resume as críticas ortodoxas às teorias clássicas de desenvolvimentismo. Aponta a crise do desenvolvimentismo como resultado da crise política, das ditaturas, que nada teriam a ver com a questão econômica ou de poder, ou mesmo da forma como estruturalmente ocorreu os processos de industrialização. Vê as ditaturas como se fossem um problema cultural dos países. Mas, mais importante, demonstra também a vitória que nascia da nova-ortodoxia contra o desenvolvimentismo.

Nos anos 1970 os economistas novo-clássicos (Lucas e Sargent) retiram das sombras as ideias de Friedman e Hayek contra as intervenções políticas na lógica do funcionamento dos mercados, uma crítica que se fortalecia na teoria econômica em ataque direto ao keynesianismo ortodoxo (IS-LM) que havia dominado o pensamento econômico no pós-guerra e que, em parte, havia sido responsável pela ideologia desenvolvimentista da atuação ativa dos Estados Nacionais na tentativa de construção de uma dinâmica capitalista na periferia.

Essa nova ortodoxia culpava a atuação do Estado, as políticas e ao planejamento que haviam industrializado a periferia pela inflação, dívida externa e má distribuição de renda. A ação pública teria desrespeitado o funcionamento equilibrado e ótimo dos mercados como sistema de alocação de recursos. Retomam a teoria de equilíbrio geral walrasiano do século XIX que se torna central no novo consenso macroeconômico dos anos 1980 como base para apontar a subversão intervencionista na natureza dos sistemas ótimos regidos pelo mercado. Nos anos 1980, a ortodoxia voltava com força na crítica a ação do Estado. A inflação elevada, a despeito de suas complexas causas estruturais, dava a oportunidade de culpar a interversão pública, o gasto público, pelo crescimento desequilibrado que não havia respeitado as leis da natureza econômica universais.

As políticas de ajuste macroeconômico ortodoxo recessivo ganham espaço nos anos 1980 diante da elevada dívida externa e da inflação na periferia. O Banco Mundial se alia ao FMI na defesa do “ajuste estrutural”, do corte de gastos públicos para gerar superávits fiscais a todo custo, assim como para alimentar a exportações pela queda na demanda interna dado o viés recessivo. Defendem ainda elevação das taxas de juros como fórmula de combate à inflação tradicional, sem levar em conta que o pagamento de juros serve apenas para elevar o déficit público e piorar a situação, além de alimentar os

rentistas em sua apropriação dos recursos públicos via dívida pública. Nessa nova visão ortodoxa, os desequilíbrios teriam sido gerados pela má alocação de recursos pelos governos.

É interessante notar que, apesar da estratégia ter, na década de 1980, piorado a crise das dívidas externa e interna, bem como criado uma inflação explosiva nos países periféricos que se somam ao crescimento do desemprego e da pobreza, nos anos 1990 a própria crise serve de justificativa para a ideia de que, para a retomada do crescimento, seria necessário a realização de reformas estruturais microeconômicas que diminuíssem a intervenção do Estado, de modo a criar as condições para o florescimento do mercado livre como agente organizador do sistema. O fracasso das políticas de ajuste dos anos 1980 foram justificados nos relatórios do Banco Mundial pela falta de democracia e cultura corrupta "rent seeking" da burocracia e dos Governos populistas, incluso as ditaduras militares. Subdesenvolvimento passou a ser visto como um problema interno cultural dos países propensos ao autoritarismo de Estado, à falhas institucionais. AS políticas recessivas defendidas acabaram por levar as economias periféricas ao empobrecimento e desemprego ainda maior.

Emergem nesse processo, presentes nos relatórios do Banco Mundial, a defesa de reformas institucionais baseadas no novo institucionalismo de North em favor da eficiência dos mercados, bem como no empoderamento individual de Amartya Sen, eixos das reformas microeconômicas de Estado para a criação das condições imaginárias de "crescimento econômico sustentado" – não inflacionário – baseado na criação do "mercado livre", sem as estratégias que caracterizavam o Estado desenvolvimentista, para que o empreendedor privado tivesse espaço para florescer, condição para o crescimento econômico que teria o desenvolvimento como resultado natural. Desenvolvimento passou a ser o resultado da "boa governança", respeito aos contratos, sendo o papel do Estado garantir que os "mercados" funcionem de forma livre. Construída essa "institucionalidade" a ação de indivíduos como empreendedores fariam o crescimento econômico funcionar naturalmente dentro dos modelos de crescimento Solow-Swan, organizado por agentes maximizadores e um crescimento econômico garantido pela perfeita alocação via investimento dado o estoque de capital e tecnologia.

O objetivo das reformas institucionais para o crescimento torna-se, após o ajuste macroeconômico garantido por políticas de privatização, equilíbrio fiscal, taxa de câmbio flexível e taxas de juros "neutras", criar as condições para que os "mercados" se desenvolvam. O neoliberalismo como base das políticas de ajuste se tornava hegemônico.

Os novo-clássicos ganhavam espaço fundados na lógica recriada por Friedman em sua crítica ao keynesianismo ortodoxo, complementada pelo individualismo de Hayek nas bases de Amatya Sen.

Na década de 1990 foi decretado o fim do Estado desenvolvimentista ou o fim do desenvolvimento como algo a ser alcançado pelo planejamento. O Estado desenvolvimentista passou a ser apresentado como a grande causa do novo subdesenvolvimento ao não criar as condições para que o mercado livre atuasse a partir dos indivíduos "empodeirados". O novo Estado neoliberal aparece como um Bulldozer com a função de aplainar o terreno para o capital, para abrir espaço para o investimento privado. Desenvolvimento capitalista tomou a conotação de acabar com o Estado como representante social, como entidade mediadora sobre a relação capital-trabalho, mediadora da apropriação da riqueza social pelo capital. Na verdade, a ideia de desenvolvimento se torna entregar ao capital – constituído por grandes corporações transnacionais e não por agentes individuais empodeirados – o poder de apropriação sobre a riqueza sem qualquer mediação, agora por dentro do Estado.

O abando do desenvolvimento como ideologia foi analisado em "The political economy of development" (2011). Demonstra esse processo com base na análise dos relatórios do Banco Mundial. Nos anos 1980 ressalta como as instituições multilaterais saíram em defesa das reformas neoliberais do Consenso de Washington aplicadas nos países periféricos nos anos 1990. Nos anos 2000 o Banco Mundial passa a forcar nas políticas de combate à pobreza diretamente, dado o resultado desastroso das políticas neoliberais dos anos 1990 – mesmo assim, justificando o problema como falta de "boa governança" e "corrupção" na alocação dos recursos pelos Estados. Por isso passam a defender a ação de ONGs em projetos de saúde e educação, centrais ao "empoderamento". O manual de Thirlwall "Economics of Deveolopment" em sua edição de 2011 é também um bom guia do processo de abandono das teorias clássicas de desenvolvimento em favor das reformas estruturais neoliberais, foco na pobreza, fundadas nas modernas teorias de crescimento econômico.

Considerações finais – Desenvolvimento como controle social sobre a produção

Nos anos 1950-60 desenvolvimento era visto como o próprio processo de acumulação de capital, como formas de incentivo e poder ao grande capital, à grande corporação capitalista com o objetivo de produzir valor de troca sem limites, crescer,

acumular capital sem limites. A justificativa era a superação da escassez rumo a uma sociedade de abundância, por isso se deveria fortalecer as forças produtivas do capital.

Na periferia, na América Latina, seguindo a ideologia desenvolvimentista, foi criada uma estrutura produtiva pela industrialização, pela internalização das cadeias de valor, mas sob o controle do grande capital estrangeiro, sob o comando dos grandes centros capitalistas com objetivo expansivo, de acumular e concentrar capital a partir da periferia. Esse processo significou a subordinação à acumulação mundial sob comando do grande capital. O objetivo real não era promover desenvolvimento, mas abrir espaço para a marcha contínua expansiva do capital.

A crise dos anos 1980 nos países da América Latina tornaram explícitas essas contradições e a falta de controle local sobre o processo de acumulação mundial. A constituição de sistemas ditatoriais com apoio das grandes corporações e Estados do Centro, reflete essas formas de controle sobre os países e sobre suas estruturas produtivas. Se o capital em geral, em qualquer lugar, busca subordinar a sociedade ao seu movimento expansivo, na periferia, pela forma como constitui sua estrutura produtiva industrial, essa subordinação é mais profunda. As teorias da dependência dos anos 1970 demostram esse processo que toma corpo e se aprofunda nos anos 1990 com a mundialização de capital, com as grandes corporações transnacionais reordenando, sob seu comando, as cadeias globais de valor. Esse é um processo que destrói a própria estrutura industrial criada entre os anos 1950-1970.

Vale destacar que em diferentes níveis, as políticas neoliberais no ocidente tiveram a função de liberar o grande capital em seu processo de acumulação das amarras e dos controles sociais constituídos no pós-guerra. Esses sistemas haviam sido úteis no momento de expansão do capital do centro para a periferia, mas foram postos em questão após a ocupação dos espaços mundiais e diante da centralização mundial de capital, da necessidade concreta de reorganização produtiva das cadeias globais de valor. Esse movimento do capital coloca em disputa as políticas sociais do Estado de bem-estar nos países ocidentais, e destrói a estrutura produtiva e social da periferia, principalmente dos países da América Latina.

Desenvolvimento passa pelo processo de superação das necessidades humanas pelo fortalecimento das forças produtivas, mas não ocorre sem o controle social sobre o processo de produção. Seu objetivo não é acumulação de capital de forma ilimitada, mas a superação do “reino das necessidades sociais” de existência. Assim, só é possível com o controle sobre o processo de produção, sem deixar o processo de acumulação sob o

comando do capital, sob o comando e a lógica das grandes corporações transnacionais. Para que o processo de produção se transforme em desenvolvimento é necessário que seja controlado pela sociedade. Tem sido assim na China, foi assim no Japão até o neoliberalismo ganhar espaço, foi assim na Europa durante o curto período de 50 anos de Estado de bem-estar social que manteve o capital, em parte, sob controle social.

Esse controle social sobre o processo de produção vem sendo perdido pelo ganho de espaço político do neoliberalismo, tanto nos países periféricos como nos países centrais ocidentais, movimento político que colocou o grande capital transnacional no controle do Estado e afastou o controle social que havia administrado o capital. Esse movimento expansivo sobre as estruturas sociais se fortalece a partir dos anos 1980 fundado inclusive em um novo aparato da teoria econômica que recupera Friedman, Hayek, e se materializa no chamado "Novo Consenso Macroeconômico".

Alcançar o desenvolvimento, como diz Marx, é alcançar o reino da liberdade, é colocar o capital, a tecnologia para trabalhar para a satisfação de necessidade e não para a acumulação de capital sem limites. É colocar a tecnologia não a favor dos lucros e da acumulação, mas a favor da própria sociedade, inclusive para controlar ou encontrar soluções para destruição ambiental que o processo produtivo acarreta sob o comando da lógica da acumulação sem limites de capital. É, assim, como dia Marx, criar tecnologia para diminuir a jornada de trabalho e não para aumentar o valor excedente, valor que nem consegue encontrar meios para se realizar desembocando em crises de superprodução e superacumulação, criando crises sistêmicas. A produtividade alcançada já permite a abundância. É como imaginava Keynes no "futuro dos nossos netos".

Desenvolvimento não tem relação com o consumo de massas desenfreado como imaginava Rostow ou os teóricos clássicos do desenvolvimento dos anos 1950-60. Não se trata de industrialização para produzir em massa, em excesso, mas elevar a produtividade para produzir o necessário à satisfação de necessidades da sociedade como um todo. É falsa a ideia de que o desenvolvimento é resultado da liberdade do empreendedor isolado como imagina Sen. O processo de produção é sistêmico e não individual. As forças produtivas são sociais, coletivas, aliás como já previa Smith em sua divisão do trabalho – trabalho torna-se força social coletiva. Esse empoderamento individual que Sen baseia em Smith não existe, só cria mão de obra dispersa, marginal, sem poder para lidar com o processo de acumulação do sistema de grandes corporações sob controle privado impessoal (Meszários). Nesse sistema atual, esse individualismo resulta em uberização do trabalho, precarização e pobreza.

O pensamento ortodoxo continua defendendo que desenvolvimento é a produção física para a superação da escassez, sem entender que na verdade é a produção de valor de forma ilimitada. Defendem a ideologia de que os indivíduos nunca estão satisfeitos diante de desejos naturais tidos como ilimitados. Por isso, desenvolvimento é visto como a sociedade de consumo de massas e subordina todos à produção, ao trabalho ininterrupto e crescente. Cria-se uma sociedade em que se vive para trabalhar. Ao não entenderem que o verdadeiro objetivo da lógica do capital, a produção de valor e não de mercadorias, não percebem que o mundo já tem tecnologia e capacidade de superar a escassez. Por isso são recorrentes as crises de superprodução e superacumulação (capacidade ociosa) e desemprego involuntário, população supérflua para a acumulação. O pensamento ortodoxo continua seu autoengano fundado no medo da miséria em meio a abundância. Desenvolvimento é a produção de valores de uso para a satisfação de necessidades e não valores de troca para a acumulação desenfreada que cria valor excedente, mais valia crescente, que nem tem como voltar ao processo de produção dado abarrotamento de mercadorias invendáveis que implica em crescente destruição da natureza para produzir lixo pelo descarte acelerado, obsolescência acelerada, mas que é necessário para a criação constante de novo consumo em garantia da acumulação sem limites.

A maioria dos estudiosos do desenvolvimento trata da necessidade de industrialização, mas poucos relacionam esse processo ao controle privado do grande capital, ao controle privado das cadeias globais de valor, ao controle dos nódulos das cadeias que lhes permite definir preços retirar mais-valia da cadeia. Esqueceram de relacionar o processo de industrialização ao processo de acumulação capitalista que cria superpopulação relativa e superprodução mundial. A questão não é a industrialização, criação de capacidade produtiva, a elevação da produtividade para suprir as necessidades sociais e prover bem-estar. A questão é o controle social sobre o processo e sobre seu resultado. O controle social do processo de produção de riqueza.

Tango para Keynes como para Marx desenvolvimento é a libertação humana do mundo das coisas, do mundo do trabalho pela capacidade técnica de produzir em abundância. Nas palavras de Marx,

"E todo progresso da agricultura capitalista significa o progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num dado tempo significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras de fertilidade. Quanto mais se apoia na indústria moderna o desenvolvimento de um país, como é o caso dos Estados Unidos, mais rápido é esse processo de destruição. A produção capitalista,

portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador" (Marx, O Capital LI p.579)

Moreover, all progress in capitalistic agriculture is a progress in the art, not only of robbing the labourer, but of robbing the soil; all progress in increasing the fertility of the soil for a given time, is a progress towards ruining the lasting sources of that fertility. The more a country starts its development on the foundation of modern industry, like the United States, for example, the more rapid is this process of destruction. Capitalist production, therefore, develops technology, and the combining together of various processes into a social whole, only by sapping the original sources of all wealth-the soil and the labourer (marx cap 13 LI 579)

In fact, the realm of freedom actually begins only where labour which is determined by necessity and mundane considerations ceases; thus in the very nature of things it lies beyond the sphere of actual material production. Just as the savage must wrestle with Nature to satisfy his wants, to maintain and reproduce life, so must civilised man, and he must do so in all social formations and under all possible modes of production. With his development this realm of physical necessity expands as a result of his wants; but, at the same time, the forces of production which satisfy these wants also increase. Freedom in this field can only consist in socialised man, the associated producers, rationally regulating their interchange with Nature, bringing it under their common control, instead of being ruled by it as by the blind forces of Nature; and achieving this with the least expenditure of energy and under conditions most favourable to, and worthy of, their human nature. But it nonetheless still remains a realm of necessity. Beyond it begins that development of human energy which is an end in itself, the true realm of freedom, which, however, can blossom forth only with this realm of necessity as its basis. The shortening of the working-day is its basic prerequisite. (Marx, LIII chap 48 p. 942).

Bibliografia

AGARWALA, A.N. & SINGH, S.P. (org) (1969) *A economia do subdesenvolvimento.* Forense, Rio de Janeiro.
AMSDEN, A. H. (2004) *A ascensão do "resto": os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia.* Unesp, São Paulo.
BAYLISS, K. & FINE, B. & WAEYENBERGE, E. (orgs) (2011) T*he political economy of development the world bank, Neoliberalism and Development Research,* PlutoPress/IIPPE, London.
CARROLL, W.K. (2010) *The making of a transnational capitalist class: corporate power in the 21st century.* Zed books, London.
DARDOT, P. & LAVAL. C. (2016) *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.* Boitempo, São Paulo.
ESPINO, J.A. (2005) *Instituiciones y economía, una introducción al neoinstitucionalismo económico.* Fondo de Cultura Económica, México.
FINE, B. & Jomo K.S. (2006) *The new development economics after the Washington Consensus.* Zed Books, London.
GENDIZIER, I.L. (1995) *Development against democracy: manipulating political change in the third world.* Pluto Press, London.
HIRSCHMAN, A.O. (1981) *Essays in Trespassing – Economics to politics and beyond.* Cambridge University Press, USA.
KEYNES, J.M. (1982) *Teoria do emprego, do juro e da moeda.* Atlas, São Paulo.

LÊNIN. V.I. (1987) *Imperialismo fase superior do capitalismo.* Global, São Paulo.
LUXEMBURG, R. (1983) *Acumulação de Capital.* Zahar, Rio de Janeiro
MARX, K. (1980) *O capital: crítica da Economia Política, Livos I, II e III.* Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
MEIER, G.M. (1984) *Leading issues in economic development, fourth edition.* Oxford University Press, New York.
NORTH, D. C. (2006) *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico.* Fondo de Cultura Económica, México.
PRZEWORSKI, A. (1989) *Capitalismo e Social Democracia.* Companhia da Letras, São Paulo.
ROSTOW. W.W. (1978) *Etapas do desenvolvimento econômico.* Zahar, Rio de Janeiro.
SAWAYA, R.R. (2017) *Subordinated Development: transnational capital in the process of accumulation of America Latina and Brazil.* Brill, Netherlands & Haymarket books, USA (2018).
SEN, A. (2000) *Desenvolvimento com liberade.* Companhia das Letras, São Paulo.
THIRLWALL, A.P. (2011) *Economic development,* ninth edition, Palgrave Macmillan, England.
TOUSSAINT, E. (2005) *Banque mondiale, le coup d'État permanent.* Cetim/Syllepse, Paris.
World Bank Report, several years.